

Da forma do lugar ao desígnio do ‘arruamento’, da ‘porta’, da ‘praça’

Filipa de Castro Guerreiro 

Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo,
Porto, Portugal. E-mail: guerreiro@arq.up.pt

Submetido em 15 de junho de 2018¹. Aceito em 2 de dezembro de 2019.

Resumo. *A Junta de Colonização Interna desenvolveu, nas décadas de 1940 e 1950, um conjunto de assentamentos onde procurou desenvolver mecanismos de desenho que permitissem, apesar das suas reduzidas dimensões e da escassez de recursos e elementos construídos, não só dotar os conjuntos de um sentido de legibilidade como de uma forte capacidade de inscrição territorial. A investigação recorre à representação gráfica para, explorando o cruzamento de escalas – desde o desenho do território ao desenho da casa –, sistematizar a aparente diversidade existente nas várias colónias, e identificar o princípio estabelecido na implantação dos assentamentos – dispersos ou concentrados–. Integrando dispositivos de implantação que derivam não só da leitura da génese dos assentamentos portugueses na sua relação com a topografia e condição dos lugares, como também da estrutura de assentamentos agrícolas ancestrais Europeus, e da incorporação de temas de composição dos modelos de cidade desenvolvidos no final do século XIX – ‘Garden Cities’ e ‘Beautiful City’, é estabelecido um princípio em que se imprime formas à linha da estrada territorial, conformando o arruamento. Resgata-se também uma ideia de ‘porta’ e de ‘praça’ enquanto elementos que se autonomizam e estabelecem relações à escala do grande espaço aberto do território, introduzindo neste elementos passíveis de garantir a sua legibilidade.*

Palavras-chave. *colónias agrícolas, assentamentos portugueses, território, desenho, legibilidade.*

As colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna

A Junta de Colonização Interna [JCI], criada em 1936, construiu, ao longo de cerca de vinte e cinco anos, sete Colónias Agrícolas onde foram instituídos 512 casais agrícolas organizados em vinte e dois assentamentos. Apesar dos objectivos iniciais envolverem a instalação de casais agrícolas nos terrenos que seriam, entretanto, irrigados pelo Plano de hidráulica agrícola, divergências políticas e pressões sociais invalidaram a grande dimensão do programa, acabando a JCI por intervir apenas em poucos baldios e propriedades do Estado.

A impossibilidade de uma estratégia de intervenção territorial a grande escala, à

semelhança das intervenções congéneres em Itália ou em Espanha, levou ao reconhecimento e intervenção nos interstícios de um território já povoado. Com um sentido experimental, que serviria também para debater as intervenções do mesmo âmbito, na década de 1950, em Angola e Moçambique, e com um sentido de estabelecer exemplo, era fixada uma metodologia de projecto que partia de um estudo acurado, sob a lente de várias disciplinas (agronomia, economia, arquitectura, sociologia, entre outras) e em estrita colaboração com instituições académicas, da região onde se pretendia intervir. Este conhecimento alargado da região, para além de informar o projecto das áreas a colonizar, permitiu colocar também a questão da estruturação do território envolvente.

Da diversidade e da representação como meio de análise

Na visita e reconhecimento das várias colónias sobressai uma grande diversidade quer de tipos de povoamento, quer da dimensão e conformação dos assentamentos e da expressão arquitectónica dos edifícios. Contudo, e reconhecendo nos vários casos uma capacidade de inscrição no território, é também perceptível um sentido de identidade comum às várias intervenções.

A consulta e o cruzamento da documentação da JCI disponível permitiram identificar autores e datas para a maioria das acções, estudos, projectos e obras da JCI nas colónias agrícolas. Contudo, o facto de os documentos tratarem sempre os objectos de forma isolada e muito circunscrita, representando-os de forma muito parcial (sendo raros os desenhos de conjuntos), dificultou uma interpretação inicial cruzada da globalidade das intervenções da JCI. Neste contexto tornou-se premente a sistematização de informação quer escrita, quer desenhada, sobre cada colónia agrícola. Informação que necessariamente impunha uma análise continuamente cruzada entre as várias escalas – território, assentamento e edifício.

O trabalho foi estruturado, numa primeira fase, em torno da construção de uma cronologia detalhada para cada colónia, assim como uma descrição dos projectos e obras construídas. Entendendo que a descrição, através de representações – gráficas e escritas – orientadas segundo determinados critérios, seleccionados em função de um entendimento prévio do objecto observado e mediados pelo estabelecimento de objectivos e hipóteses, constitui um processo enriquecedor da investigação, onde o sentido da análise é o de procurar uma estrutura para as coisas que está para lá do que o olhar vê. A utilização do desenho como meio de aproximação ao objecto, de identificação das suas partes e das relações que estabelecem – explorando a estrutura escondida, a lógica latente –, constitui, numa investigação de arquitectura, uma operação indispensável, pelo modo como reconstitui o processo de concepção e permite reconhecer algumas das suas condicionantes, critérios, e razões das opções.

A descrição através do desenho teve como base a reconstituição de cada uma das

colónias (no momento em que terminou a sua construção), e desenvolveu-se a três escalas:

- o desenho do território e implantação dos assentamentos, elaborado a partir do cruzamento de cartografia digital actual² e das cartas militares de Portugal (Serviços Cartográficos do Exército, série M888), cujos trabalhos de campo das áreas em estudo decorreram em entre 1939 e 1952;
- o desenho dos assentamentos, elaborado a partir do cruzamento de cartografia digital actual³, com os projectos documentados e levantamentos por nós efectuados;
- o desenho dos edifícios, elaborado a partir do cruzamento dos projectos documentados com levantamentos por nós efectuados.

Numa segunda fase, a análise cruzada das descrições das várias colónias, permitiu identificar recorrências de forma, de princípios e de estratégias, e, por sua vez, cruzar informação com outros projectos do mesmo período.

Da metodologia de trabalho enquanto geradora de uma identidade

Da leitura da condição geográfica ao tipo de povoamento

A primeira questão que se pode evocar como geradora de um sentido de identidade entre as várias intervenções prende-se com a metodologia de trabalho estabelecida pela Junta. A primeira parte de cada projecto, dedicada ao estudo da região e orientada segundo vários aspectos – fisiográfico (situação, limites, superfície; orografia e hidrografia; geologia e agrologia; clima), social (crescimento médio da população; população residente – fogos e sua composição; densidade populacional), agropecuário e aspectos da propriedade rústica e exploração agrícola (JCI, 1942) –, demonstra como, à partida, havia uma intenção de integrar a intervenção na sua envolvente, otimizando as suas condições e características e tornando-a também oportunidade de se constituir como exemplo a seguir na região. Será seguindo este método, de iniciar o projecto a partir do estudo da região que, nos projectos se

informa, por exemplo, a opção por um povoamento disperso ou concentrado. Não havendo uma alteração significativa das culturas propostas relativamente às praticadas na região, mas sobretudo a optimização da sua produção, verificar-se-á uma aproximação natural entre o tipo de povoamento existente na região e o proposto.

Da escolha do lugar

De forma declarada (JCI, 1944a, p. 58), a escolha do lugar para o assentamento respondia, entre outras, às seguintes premissas: domínio da totalidade dos terrenos, procurando pontos centrais e controlando as distâncias máximas a percorrer nas tarefas do quotidiano; controlo da distância às povoações vizinhas; acessibilidade, quer através da proximidade a estradas existentes, quer através da construção de novas estradas, que para além de servir os novos assentamentos constituísse também uma mais-valia necessária às povoações existentes; a proximidade de fontes de matéria prima; garantia da presença de sol durante todo o dia; abrigo dos ventos; áreas relativamente planas onde a necessidade de movimentações de terras fosse reduzida, e existisse terreno enxuto e firme a pouca profundidade; terrenos com fraca aptidão cultural, mas próximos das terras férteis (Figura 1).

Para além destas premissas intrínsecas ao programa da colónia agrícola e de salubridade de qualquer assentamento, a escolha do lugar procurava responder também a uma estratégia de infra-estruturação da região. Partia da identificação das rede viária e equipamentos existentes e necessárias na região para que a intervenção deles usufruísse e os completasse. Neste sentido, o projecto traduz-se pela inscrição de pontos estruturados pela distância e pelo traçar ou completar de linhas que permitem a leitura de uma malha de relação entre povoados, respondendo, entre outros, a problemas de isolamento das regiões (Figura 2).

Os projectos de colonização desenvolvidos a partir do início da década de 1940 revelam também uma leitura sensível da topografia e uma escolha de lugares significativos na leitura e interacção com a paisagem. Eram seleccionados pontos estratégicos na observação e orientação relativa a povoados existentes e acontecimentos marcantes da paisagem envolvente – como revelam os desenhos dos assentamentos, onde são visíveis eixos alinhados por vales, outros povoados ou pontos mais elevados da envolvente, e se destaca a presença, nos projectos, de espaços de miradouros.

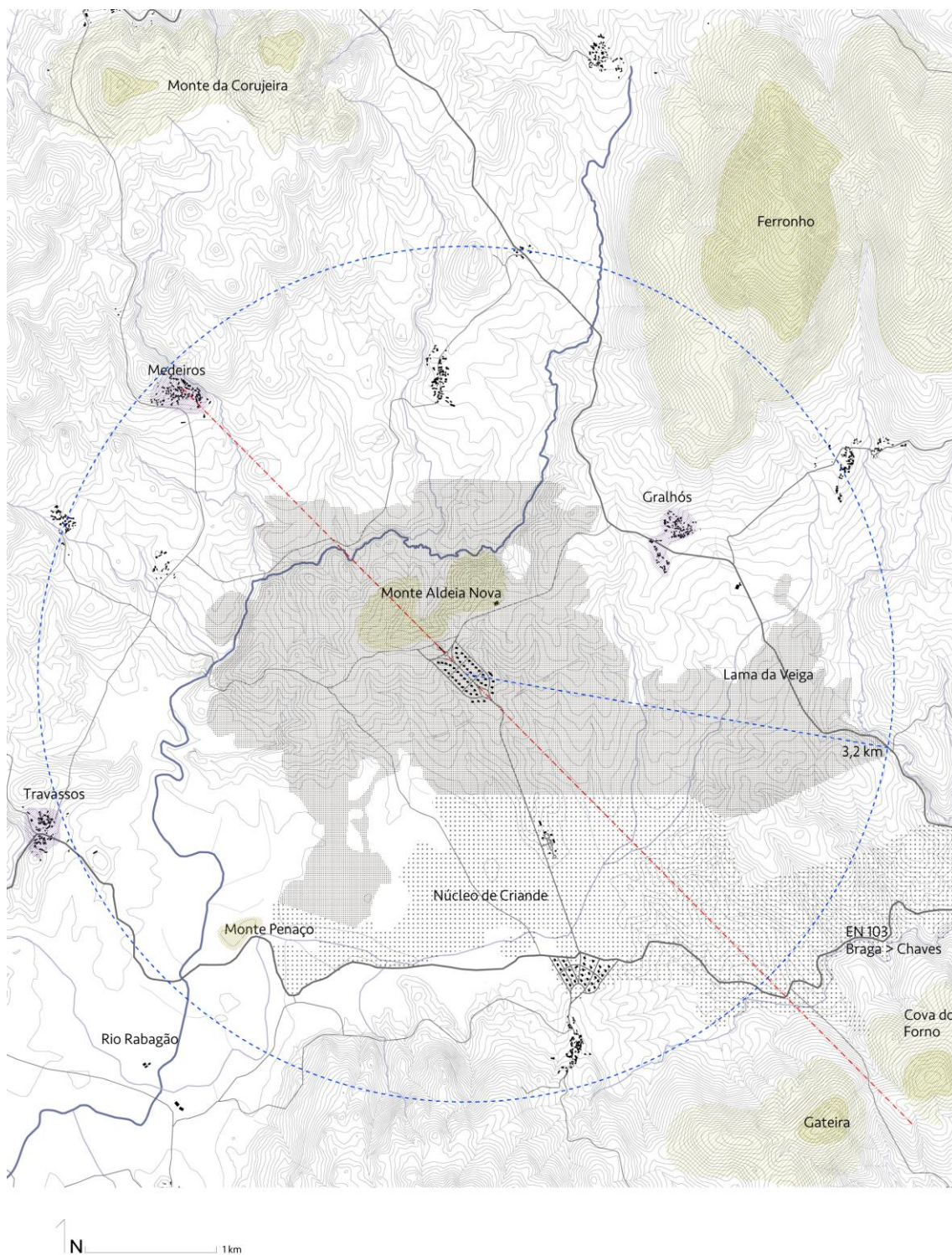


Figura 1. A escolha do lugar para o assentamento da Aldeia Nova do Barroso (fonte: elaborada pela autora).

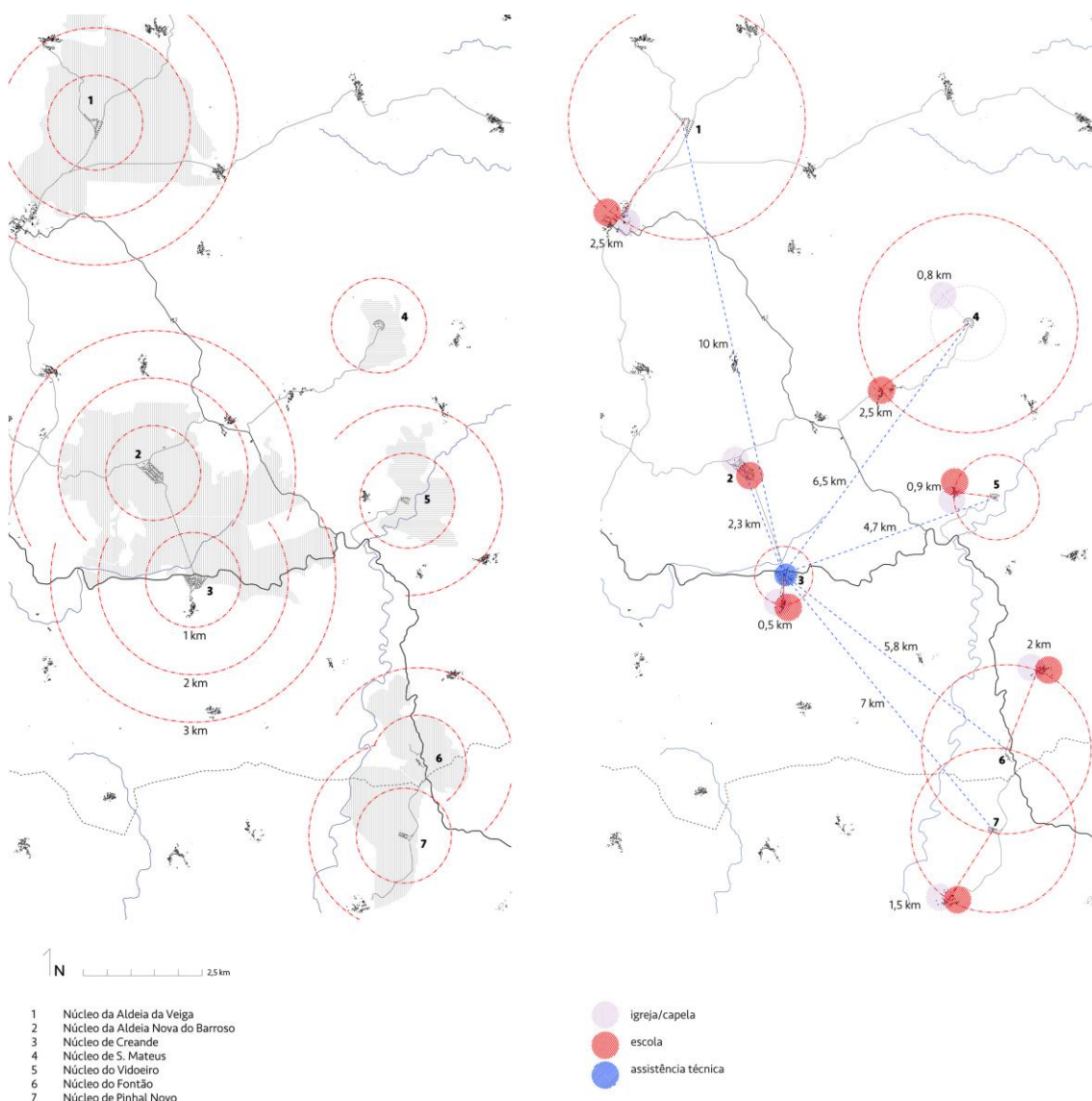


Figura 2. Implantação dos assentamentos da Colónia Agrícola do Barroso – distâncias máximas entre os assentamentos e os terrenos agrícolas (à esquerda) – distâncias entre os assentamentos e os equipamentos existentes nos povoados vizinhos (à direita) (fonte: elaborada pela autora).

Da escolha do lugar à matriz da forma do assentamento

Para além da escolha, a leitura do lugar constitui um dos aspectos mais determinantes no desenho das colónias da JCI. Ao contrário das colónias agrícolas espanholas projectadas pela Junta Central de Colonización y Repoblación Interior que partiam da adaptação de um tipo a um determinado contexto físico (Monclús, 1988, p. 324), no caso da JCI é a partir do contexto físico do sítio que se estabelece a matriz do assentamento.

Para cada condição geográfica – planície, planalto, montanha – são lidas as circunstâncias e elementos existentes que se evidenciam. O desenho específico de cada

assentamento decorre ou apoia-se sempre num destes elementos, numa particularidade específica do sítio. O desenho do assentamento parte de uma apropriação directa da topografia, ou de outro elemento natural como uma ribeira, e sistematiza-se através de uma procura de contenção e elementaridade da sua forma. Qualidade que confere aos conjuntos uma legibilidade e capacidade de inscrição forte no território.

A relação entre o desenho e a circunstância física do sítio parece decorrer, antes de mais, de um sentido de economia de meios. Utilizar a condição física existente para, com o mínimo esforço, garantir uma resposta eficaz, tanto no que respeita às condições de salubridade desejadas, como à expressão

arquitectónica do conjunto. Economia que se pretende quer, na acção e momento da construção quer, na sua manutenção futura.

A escolha dos sítios para a implantação dos assentamentos do ponto de vista da topografia, e a sequente determinação da sua forma, exercita o conhecimento de um tempo longo, aproximando-se, necessariamente, das considerações de Amorim Girão sobre os tipos de povoações decorrentes dos condicionamentos da topografia⁴. Esta sensibilidade, observada a partir da década de 1940, não será também alheia ao facto de neste período Francisco Caldeira Cabral, diplomado em Arquitectura Paisagista pela Universidade de Berlim, iniciar o curso livre de Arquitectura Paisagista no Instituto Superior de Agronomia, e de existirem, ainda que não identificados, mas inegavelmente presentes pela primeira vez, arquitectos a participar nos projectos da Junta.

É neste contexto que começa a ser colocado o problema do desenho dos assentamentos. A opção pela dimensão da aldeia em detrimento da dimensão, por hipótese, da vila – à semelhança dos *pueblos* em Espanha ou dos *borghi* em Itália –, prende-se não só com a imagem rural que se procura para a paisagem do País, como com a reduzida dimensão dos baldios disponíveis. A questão central de desenho será então a escolha da expressão que estas novas aldeias deveriam assumir. Aspecto que não terá deixado de suscitar reflexão e ponderação num momento em que se debatia a classificação da 'Aldeia mais Portuguesa de Portugal'⁵.

Da convergência de temas da época

Para compreender as referências e convergências de temas que participam nestas composições interessa convocar o contexto da época no que respeita ao projecto da forma urbana. Apesar do desenho das colónias agrícolas responder a um intuito de espaço eminentemente rural, é incontornável o facto de os arquitectos transportarem temas, imagens, referências que cruzam diferentes âmbitos, escalas, contextos, etc.

As reflexões e os planos produzidos por Rymond Unwin, Camilo Sitte, Jean-Claude Nicolas Forestier, Alfred Donat Agache e

Étienne de Gröer são relevantes na análise dos assentamentos projectados neste período para as Colónias Agrícolas da JCI. As memórias descritivas dos projectos dos assentamentos da JCI, integradas nos processos dos Projectos de Colonização, reportam-se, na generalidade, apenas as questões funcionalistas, descrevendo as estruturas propostas e sendo parcas em expressar princípios ou referências que ultrapassem tais questões. O véu é apenas ligeiramente levantado no projecto para a Aldeia Nova do Barroso onde a 'Cidade Jardim' é evocada através da intenção expressa de "dar ao conjunto aspecto geral de aldeia jardim" (JCI, 1944a, p. 59).

Os pontos de contacto formal com a 'Cidade Jardim' são pertinentes, contudo não só é necessário estabelecer uma diferenciação clara entre as premissas e componentes do povoamento urbano da 'Cidade Jardim' e as do povoamento rural das colónias agrícolas, como também constatar que a referência não é generalizável à totalidade dos assentamentos das sete colónias agrícolas, e, mesmo no caso da Colónia Agrícola do Barroso, apesar de constituir a única assumida, não encerra o seu quadro de referências (Figura 3).

A aproximação à 'Cidade Jardim' de Ebenezer Howard, ou a propostas que dela derivaram – como é o caso dos projectos de Frederick Law Olmsted –, reflectem-se em vários aspectos de todas as composições de assentamentos da JCI: o recurso à casa isolada na parcela, sendo esta entendida como um espaço mediador entre o edifício e o arruamento, e que com os seus limites profusamente arborizados permite o desenho independente de ambos; a primazia do vazio sobre o cheio – edificado –; a utilização de traçados orgânicos que acompanham a topografia; a proposta sistemática de espaços de estar – praças, largos e impasses; a presença obrigatória da arborização quer reforçando os canais dos arruamentos, quer estabelecendo cortinas de abrigo à semelhança dos cinturões verdes da 'Cidade Jardim'; a submissão da composição a formas simétricas, com grande unidade e integridade.

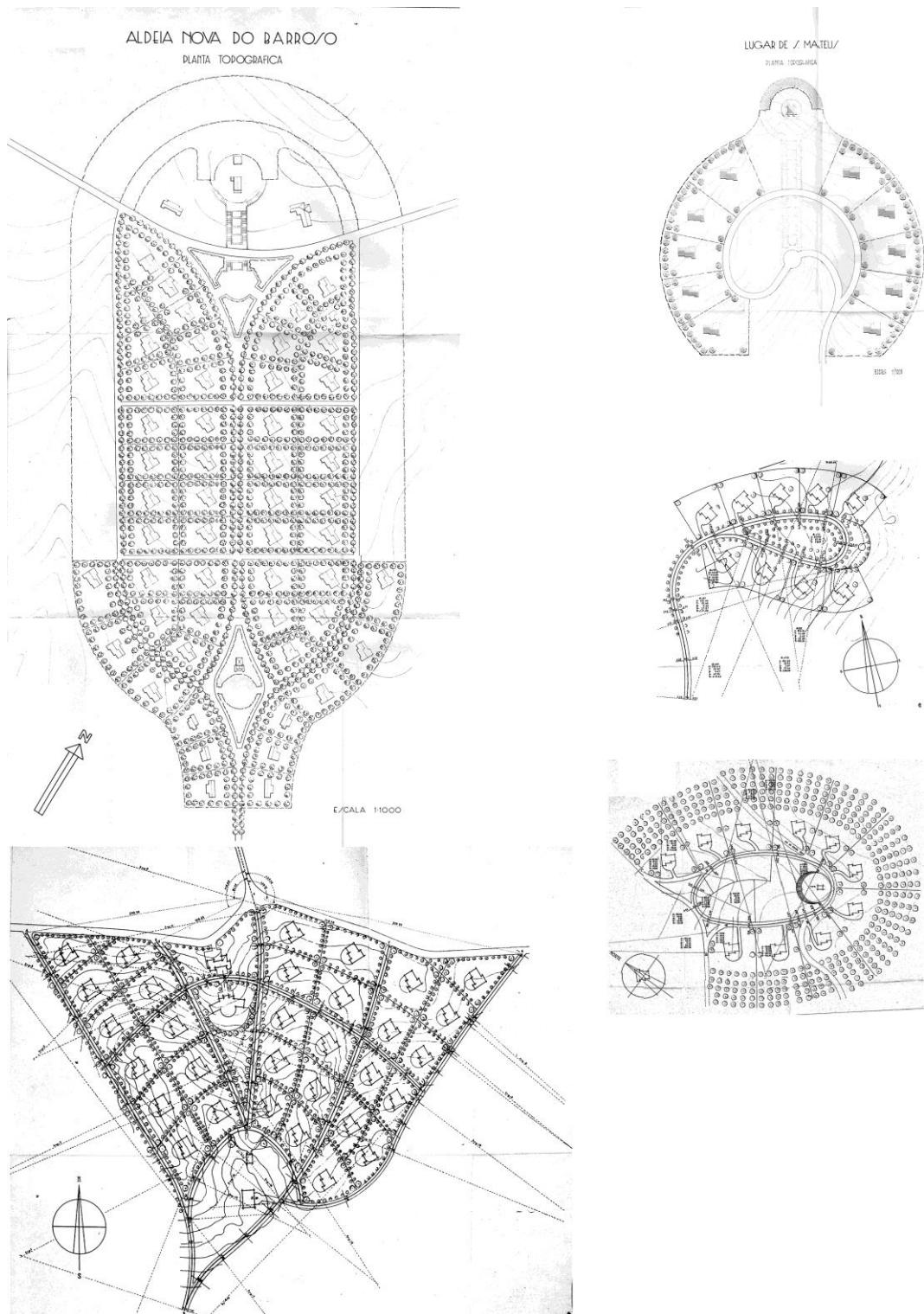


Figura 3. Projecto de alguns dos assentamentos da Colónia Agrícola do Barroso: Aldeia Nova da Veiga, Lugar de S. Mateus, Lugar do Videiro, Lugar de Pinhal Novo, Aldeia de Creande (fonte: JCI, 1944a; JCI, 1945).

Apesar de, em todos os assentamentos, se sentir a presença destes aspectos, a dimensão dos aglomerados, e consequentemente o seu programa, leva à utilização de diferentes estratégias de estruturação dos conjuntos, com consequências muito significativas na forma e tipologia dos espaços públicos.

Os assentamentos de maior dimensão, onde também se localizam os equipamentos, são referidos pela JCI como 'Aldeias'. Organizam-se através de ruas e travessas. São estruturados por eixos centrais que procuram alguma monumentalidade – à semelhança, com a devida distância e diferença de escala, dos modelos da

‘*Beautiful City*’ – sendo rematados por largos, ou sendo o próprio eixo central desenhado enquanto largo. O carácter de rua é definido essencialmente pela arborização. O largo, apesar da sua génese decorrer da geometria do conjunto do assentamento e não apenas da presença do edifício como no caso do adro, está, à semelhança deste, associado à presença particular dos equipamentos previstos – igreja, escola e assistência técnica –.

Os assentamentos de menor dimensão, e em que não se prevê a construção de equipamentos, são referidos pela JCI como ‘Lugares’. Rematam ou desenvolvem-se tangencialmente às vias de acesso, sendo estruturados em torno de um espaço central agregador. Esta estratégia, que permite estabelecer uma condição de unidade e de inscrição do assentamento, de uma comunidade, num território vasto, retoma o princípio gerador de muitos assentamentos ancestrais – desde as aldeias africanas primordiais às ‘*Circulades*’ francesas (Pawlowski, 1992) –. Neste sentido, interessa convocar um conjunto de referências que, no período em causa, emergiam no debate internacional.

Em Inglaterra, Thomas Sharp publicava em 1946 um pequeno livro, sobre aldeias inglesas – ‘*The Anatomy of the Village*’ (Sharp, 1946) –, onde defendia que a aldeia-praça corresponde ao ‘tipo’ que melhor se adequa às necessidades do seu tempo.

Os ‘*Rundlinge*’, assentamentos agrícolas circulares, fundados no Norte da Alemanha, junto da cidade de Lüchow, no século XII, e revisitados no século XVII nas Colónias Agrícolas do Império Austro Húngaro – de que é exemplo Charlottenburg – constituíam referência quer para os projectos dos ‘*Siedlungs*’⁶, quer para o movimento da ‘Cidade Jardim’ Alemã – ‘*Deutsche Gartenstadt Gesellschaft*’ –, e mesmo para o desenho de ‘*Kibbutz*’ em Israel. É plausível que estas referências circulassem entre os funcionários da JCI, quer através das várias visitas de técnicos da JCI à Alemanha, quer através de revistas como a ‘*Gartenstadt*’, ou de livros de Leberecht Migge⁷, que chegavam aos agrónomos através de Francisco Caldeira Cabral.

O recurso ao desenho de um espaço central agregador, é uma estratégia amplamente utilizada nos ‘impasses’ da ‘Cidade Jardim’

ou do modelo do ‘Plano Radburn’, e será também utilizada a partir de meados da década de 1950 nos *Pueblos Espanhóis* de menor dimensão⁸.

No caso dos assentamentos da JCI, a questão da segurança – que constituía uma premissa para a forma dos assentamentos ancestrais – já não constitui um problema relevante, no entanto, e não existindo, inicialmente, nos assentamentos de menor dimensão, nenhum equipamento que sustentasse a presença de um técnico que efectuasse a vigilância do quotidiano dos colonos, a forma de panóptico permitia que cada um dos colonos vigiasse e fosse vigiado por todos os outros.

À escala do território, o intuito desta estratégia prende-se com a necessidade de se inscrever na paisagem, dignificar, e se possível engrandecer a apreensão do conjunto, e neste sentido, independentemente das possíveis influências ou convergências, a opção corresponde a uma natural e inteligente opção projectual. Parte da escolha de um acontecimento topográfico relevante e minimamente legível, cuja estratégia de implantação dos edifícios no seu contorno permita evidenciar. Esta opção, de não imposição de um plano ideal, mas de adaptação de uma estratégia a um contexto topográfico específico, permite não só que o lugar seja determinante na escala do conjunto, mas também que cada assentamento possua uma forma única e intrinsecamente integrada na sua envolvente. Ainda que determinada pelo sítio, a forma de cada assentamento é desenvolvida de modo a estabelecer o máximo de regularidade e abstracção. Neste sentido adquire uma espessura, um carácter – de simplicidade, e essencialidade, no sentido expresso por Thomas Sharp (Sharp, 1946), – que lhe confere uma ímpar legibilidade e capacidade de inscrição no território.

Do desígnio do arruamento enquanto elemento estruturador

Para além das questões relativas à metodologia de projecto, e à convergência de temas e referências, a análise sistematizada, através da abstracção do desenho, das várias composições – identificando os seus elementos comuns e as relações estabelecidas – permitiu enunciar um princípio de desenho presente em todos os assentamentos projectados na década de 1940 e primeira metade da década de 1950.

Este princípio adquire especial densidade pelo modo como define um sistema que, permite responder a um povoamento disperso ou concentrado, a diversas dimensões de assentamento, e, garantindo uma economia de meios, explora o cruzamento de escalas – intervindo desde o desenho do território até ao desenho da casa –.

A chave deste sistema prende-se com o desígnio do arruamento. Se na primeira experiência de projecto de raiz da Junta, a Colónia Agrícola de Martim Rei, em 1937, o conjunto de estradas, sem uma estrutura inteligível, e sem uma relação directa com os edifícios dos casais, não contribuía para a construção de uma forma apreensível do conjunto, a partir da década de 1940 a via adquire uma nova condição.

Para a compreender interessa relembrar o contexto da construção dos assentamentos da JCI, em que se estabeleciam dois tipos de encargos: reintegráveis – pagos pelos colonos através de um empréstimo a 30 anos (incluíam o custo dos terrenos, construções dos casais, obras de rega, gado e alfaias) (JCI 1944b, 47), e encargos não reembolsáveis “[...] que, interessando à economia da região ou aos novos aldeamentos, devem constituir encargo do Estado ou dos corpos administrativos” (estradas, arruamentos, miradouros, abastecimento e distribuição de água, edifícios sociais e arroteia dos terrenos agrícolas) (JCI, 1944a, p. 57). A estratégia de colonização dos baldios do Estado corresponde, na maioria dos casos, à construção de assentamentos em lugares inóspitos, onde a construção da estrada de acesso, para viabilizar toda a operação, constitui uma necessidade premente e corresponde a um investimento significativo por parte do Estado.

Especialmente nos assentamentos de menor dimensão (sete a dez casais), o investimento

Estatal quer na via de acesso, quer no aldeamento seria difícil de justificar no contexto estrito da Colónia Agrícola, razão pela qual é recorrentemente referida nos projectos a mais valia da construção da estrada para toda a região. Mas, se a estrada de acesso ao assentamento é facilmente justificada no contexto regional, o investimento nas infra-estruturas do assentamento em si seria mais questionável. Se os assentamentos dispersos, como é exemplo o núcleo das Faias na Colónia Agrícola de Pegões, se podem estruturar directamente a partir da estrada, tal não se verifica nos assentamentos concentrados, facto que leva a que na operação de construção dos mesmos, em especial na Colónia Agrícola do Barroso, os seus arruamentos sejam frequentemente incluídos na própria obra da estrada.

Para acesso ao lugar do Videeiro, a construir, projectou-se uma estrada com o desenvolvimento de 2.225,15 m. (incluindo 393,90 m. para arruamento) que, saindo da E.N. n.º. 4 – 1ª passa muito próximo da povoação do Cortiço e termina, por agora, naquele aldeamento. (JCI, 1945, p. 96)

Esta associação de continuidade entre a estrada territorial e o arruamento determina uma das suas particularidades – o seu sentido linear contínuo. Sentido que introduz uma continuidade de movimento, inclusive, nalguns casos, para viabilizar uma subtil inversão do sentido de marcha, e propõe um deambular contínuo, quer pela paisagem, quer pelo assentamento que de forma igualmente contínua nela se integra.

Este sentido de movimento relaciona-se com um sentido de estruturação dos assentamentos baseado no arruamento, em detrimento de, por hipótese, uma ideia de grelha.

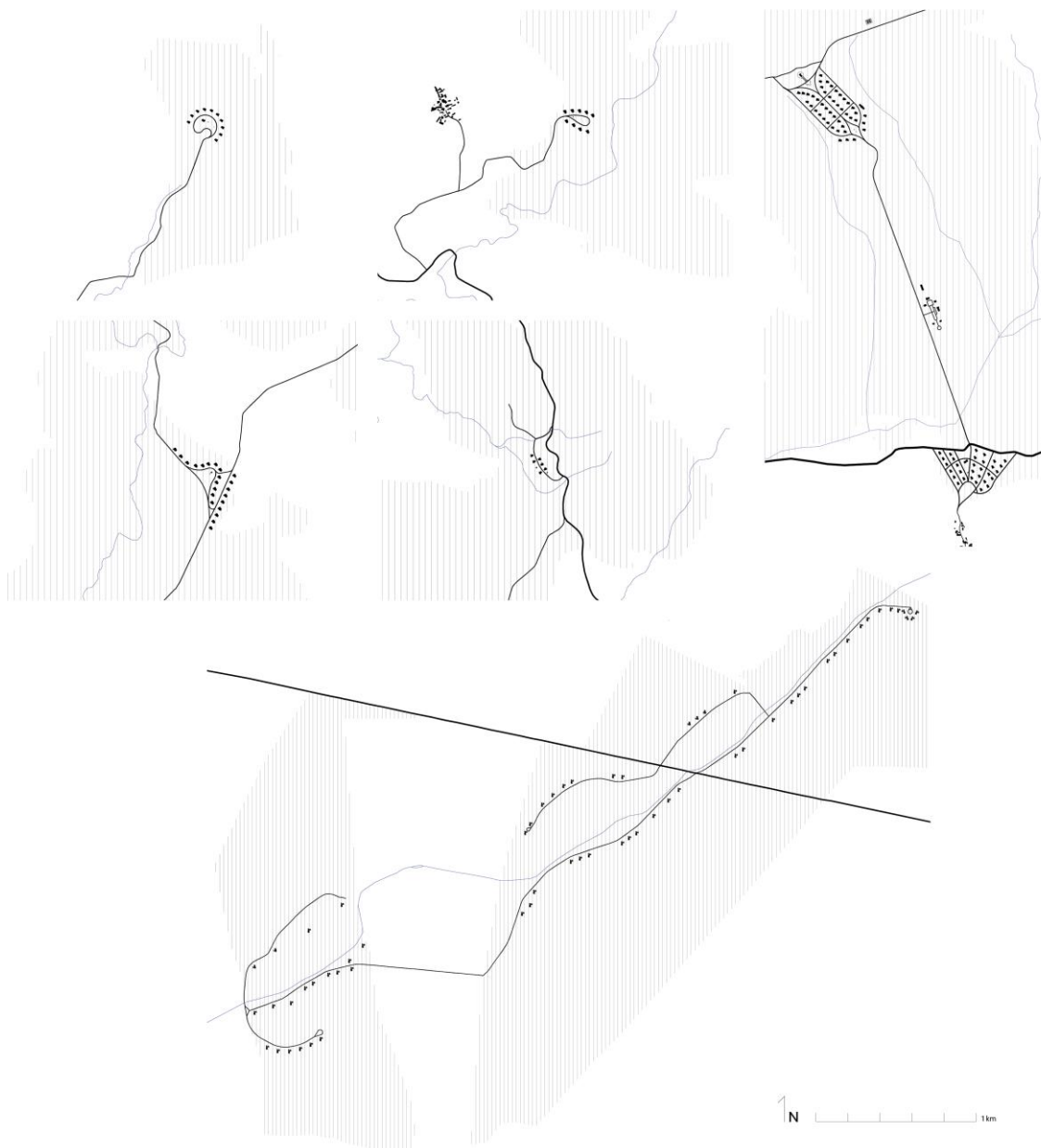


Figura 4. O arruamento enquanto elemento estruturador dos assentamentos de S. Mateus, Videeiro, Aldeia Nova da Veiga, Fontão, Aldeia Nova do Barroso e Creande na Colónia Agrícola do Barroso; e do Núcleo de Faias na Colónia Agrícola de Pegões (fonte: elaborada pela autora).

Nas regiões de povoamento concentrado, os assentamentos menores, são formados a partir de movimentos impressos às vias de forma a fixar um espaço central em torno do qual se organiza o assentamento. Os assentamentos de maior dimensão e diversidade programática, apesar de implantados nos cruzamentos ou entroncamentos das estradas regionais com a Estrada Nacional, são também estruturados a partir do princípio do arruamento (Figura 4). Mesmo no caso do assentamento da Aldeia Nova do Barroso, que numa observação rápida pode parecer contrariar este princípio, a descrição do assentamento, no Projecto de Colonização, é a este respeito reveladora, e

de algum modo aproxima-se do sentido de “fuso” referido por Luísa Trindade (Trindade, 2010, p. 476).

Os edifícios estão situados em dois grupos de duas filas a um e outro lado do arruamento principal sendo o conjunto cercado por duas ruas e interceptado perpendicularmente por outras duas. (JCI, 1944b, pp. 1,2)

Clarificada a relação entre a escala de desenho do assentamento e a escala de desenho do território interessa compreender o cruzamento, no sistema, entre o arruamento e a escala de desenho da parcela e da casa. Cruzamento que passa pelo estabelecimento

de um princípio de implantação do edifício do casal relativamente ao arruamento que apesar de participar no seu desenho, mantém, no entanto, a sua independência, e consequentemente a autonomia da unidade familiar.

O modo como o lote é desenhado, com o edifício no centro, orientado apenas segundo premissas solares, indiferente à forma do lote e a qualquer relação entre a frente deste e o alpendre de acesso ao casal revela, por um lado, uma certa independência entre o desenvolvimento de cada escala de projecto, e, por outro, que o seu dimensionamento parece decorrer mais do estabelecimento de distâncias, sejam elas de segurança, salubridade, higiene ou privacidade, do que da existência de um programa para estes espaços da parcela, sejam eles de acesso, representação, horta, pomar, etc. No entanto, ainda que com programa indeterminado, o espaço resultante da estratégia de independência entre a geometria de implantação do edifício e a geometria do lote pode ser entendido como um dispositivo que introduz uma maior diversificação nos espaços da parcela, ultrapassando a dicotomia entre frente e traseiras. A independência de implantação entre edifício e arruamento não significa que a implantação dos casais não seja cuidadosamente estudada do ponto de vista da imagem obtida através dos percursos ao longo dos arruamentos.

Para evitar o que se considerava suceder nalguns aglomerados, uma 'monotonia' decorrente da repetição de um mesmo edifício – subentendendo-se que se refere à formação de um plano único, paralelo à via –, propõe-se a implantação dos casais formando um ângulo agudo com a via, privilegiando a sua observação de escoreço (Figura 5).

Procurou-se formar um conjunto agradável com linhas de grandes perspectivas e de molde a que as silhuetas das habitações se recortem umas sobre as outras com claros e escuros, evitando, assim, a monotonia que se verifica nalguns aglomerados. (JCI, 1944b, pp. 58,59)

Para além das questões plásticas interessa sublinhar que a utilização deste ângulo permite, por um lado, sublinhar o sentido individual de cada casal, e por outro, introduzir uma melhoria das condições de controlo visual da via a partir do interior do

edifício. Este será o princípio de implantação comum a todos os assentamentos desenvolvidos até cerca de 1954, ainda que ao longo do tempo se verifiquem ligeiros ajustes suscitados por novas atenções a outros temas e resposta a circunstâncias específicas da localização dos assentamentos.

Da porta e da praça nos assentamentos dispersos

Se nas colónias de povoamento concentrado de montanha a colocação estratégica dos assentamentos na paisagem, a capacidade de inscrição dos mesmos e a variação topográfica, permitem uma legibilidade dos conjuntos que dignifica a intervenção do Estado, nos assentamentos dispersos das colónias do Ribatejo e Beira Litoral, a grande extensão dos conjuntos – onde a escala de desenho do assentamento e de desenho do território se sobrepõem –, associada à circunstância do suporte topográfico não apresentar acontecimentos relevantes, nem permitir a sua observação a partir de diferentes cotas, induzem uma dificuldade de reconhecimento das formas.

No início da década de 1950, quando se equaciona a construção dos equipamentos, e em que através destes se pretende afirmar uma nova representação do Estado, a questão da legibilidade ganha relevância. Neste sentido a condição global da colónia é analisada ponderando-se o local para a implantação dos equipamentos e os dispositivos ou relações que lhes possam conferir uma maior inscrição.

Eventualmente demasiado propositiva, a leitura que fazemos da resposta desenvolvida pela JCI – perante a necessidade de uma estratégia de estruturação do território dos assentamentos dispersos que lhes conferisse legibilidade –, cruza-se com a leitura de Ignasi de Solà Morales⁹ sobre os três espaços fundamentais da representação urbana clássica – porta, arruamento¹⁰ e praça –. Os três elementos são metáforas ou blocos constitutivos que consideramos assertivos na identificação de cada uma das partes da globalidade da composição das colónias desenhadas – Colónia Agrícola da Gafanha (Figura 6) –, ou redesenhadas – Colónia Agrícola de Pegões (Figura 7) – no início da década de 1950. Neste contexto, os elementos deixam de se estruturar numa sequência contínua, cuja forma espacial decorre directamente da relação de 'cheio

vazio' com o edificado, para se autonomizarem, assumindo-se como 'figuras', como 'cheios' que estabelecem relações à escala do grande espaço aberto do

território. Neste sentido constituem três elementos autónomos e independentes cuja presença, relação e hierarquia podem ser estabelecidas de diferentes modos.

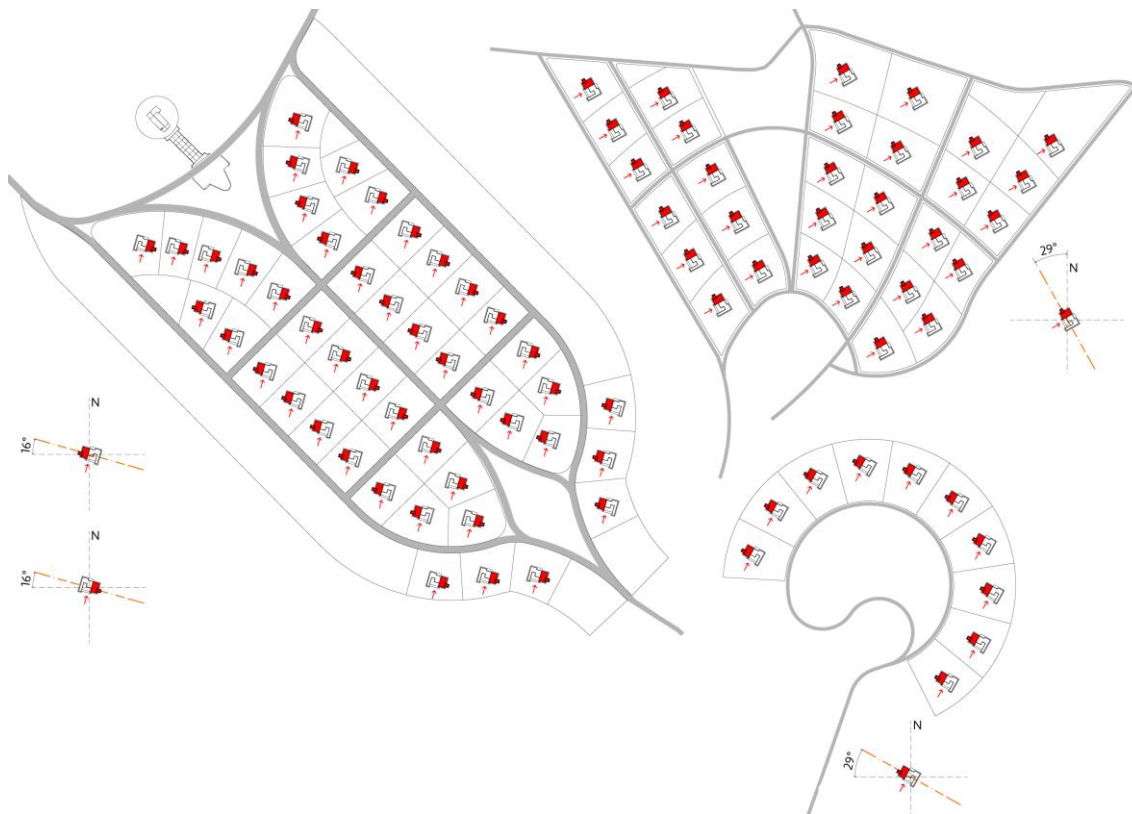


Figura 5. Relação entre a entrada do casal (assinalada com seta vermelha) e a via de acesso, na Aldeia Nova do Barroso, Aldeia de Creande e Lugar de S. Mateus. Cada edifício é composto por habitação e dependências agrícolas, a área da habitação está manchada a vermelho (fonte: elaborada pela autora).

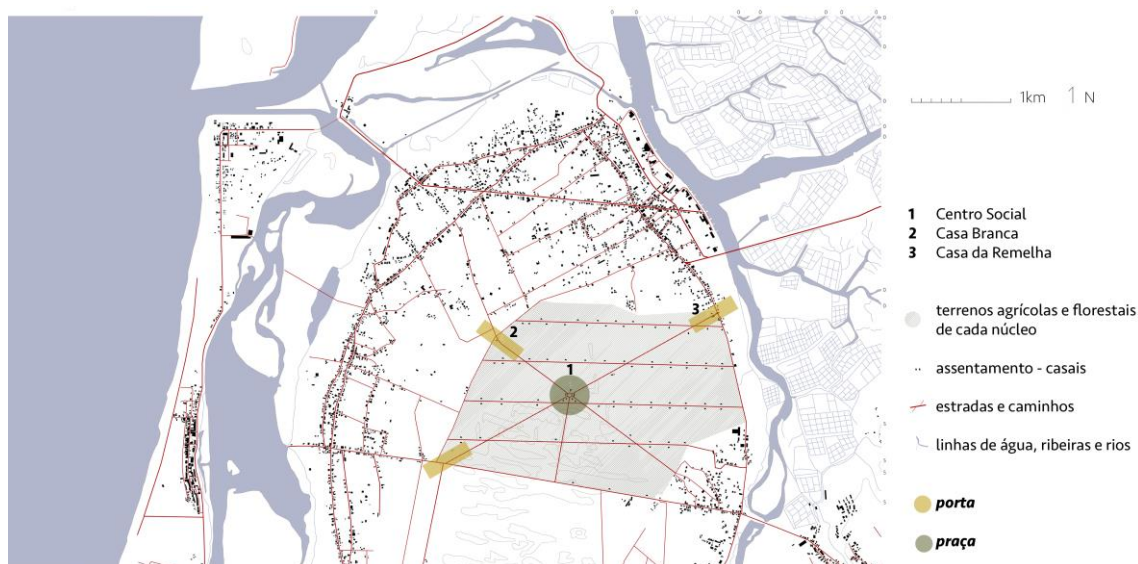


Figura 6. O 'arruamento', a 'porta' e a 'praça' - esquema de composição da Colónia Agrícola da Gafanha (fonte: elaborada pela autora).

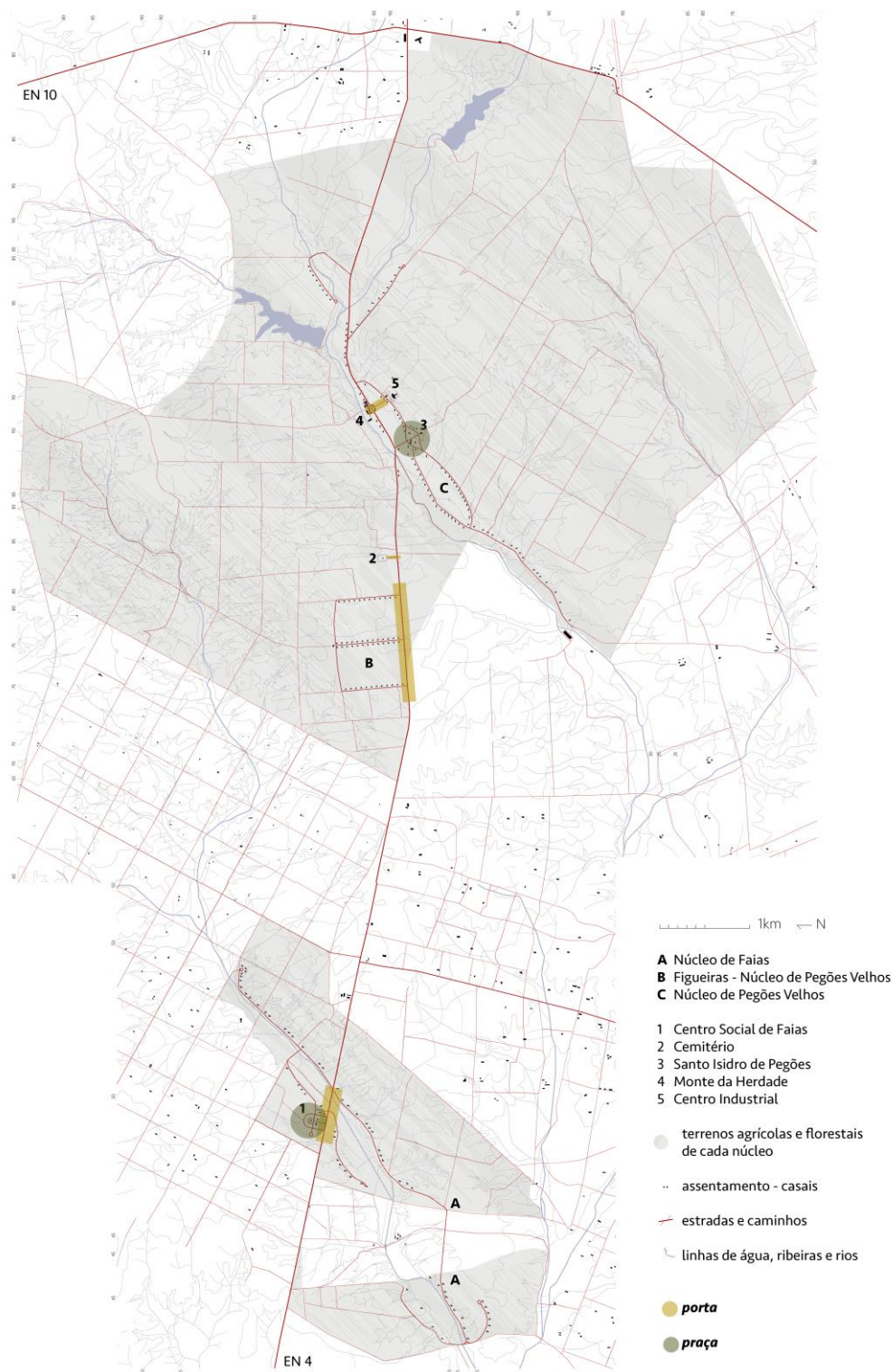


Figura 7.

O 'arruamento', a 'porta' e a 'praça' - esquema de composição da Colónia Agrícola de Pegões (fonte: elaborada pela autora).

As 'portas', que ainda hoje mantêm a sua legibilidade, correspondem aos 'cruzamentos'¹¹ entre as vias regionais e as vias internas às colónias. São assinaladas e conformadas pela presença intensiva de

vegetação, de edifícios de equipamentos, ou mesmo das 'praças'.

O traçado dos arruamentos está directamente ligado e decorre do desenho das parcelas agrícolas. O seu desenho varia entre um

perfil apenas definido pela forma e materialidade do pavimento, e por outro perfil que conta com a presença de arborização e vegetação arbustiva. A implantação dos casais procura manter uma relação de distância constante entre o edificado e a via, estabelecendo, na sua continuidade, sequências rítmicas. O desenho das infra-estruturas agrícolas de rega, seguindo e sublinhando os traçados das parcelas e das vias, constituía também elemento de reforço da legibilidade dessa continuidade.

As 'praças' constituem assentamentos autónomos onde se concentram as habitações de não colonos e os equipamentos. Sempre proximamente associadas às 'portas', a sua localização é ancorada num acontecimento especial do suporte geográfico (como sucede na Colónia Agrícola de Pegões e na Colónia Agrícola da Gafanha, onde são escolhidos espaços de pequenas dunas, que, por um lado se destacam na envolvente plana, e por outro correspondem a zonas menos férteis), ou num ponto notável do sistema viário constituindo uma 'praça-porta'. Nos vários casos, são propostas diversas tipologias de espaços – a rotunda na Colónia Agrícola da Gafanha, a praça cívica e o parque na Colónia Agrícola Pegões.

'Arruamento', 'porta' e 'praça': três espaços garantes de legibilidade e inscrição na paisagem

Hoje, uma das questões mais significativas do território extensamente urbanizado prende-se com a profunda alteração da sua extensão, englobando espaços antes definidos como urbano e como rural, evidenciando por um lado uma redefinição da noção de limite e, por outro da relação figura-fundo. Podemos ver como uma das causas desta extensão o aumento da capacidade de intervenção individual no território, das alterações do estilo de vida e comportamentos dos habitantes. Capacidade que decorre não só da progressiva democratização, como também do crescimento económico e da facilidade de acesso a materiais e sistemas de construção básicos e expeditos, e das novas disponibilidades tecnológicas, em especial as de comunicação. Não podemos, no entanto, deixar de também ler neste processo – em que o espaço privado se sobrepõe ao público, o individual ao colectivo – a prevalência da

escolha da casa individual no lote como um resquício de uma cultura também veiculada pelo Estado Novo – de que as colónias agrícolas da JCI são exemplo – de valorização da propriedade e da família.

A construção da legibilidade constitui um dos desafios do projecto sobre os espaços da incerteza e da mutabilidade que caracterizam hoje o território, e, em conjunto com o tema da forma, é tido como contraditório ou proibido¹², discutindo-se, em surdina, a legitimidade, hoje, da forma projectada pelos instrumentos do desenho ou a hipotética ausência da forma projectada pela soma dos processos diversos e independentes que nela intervêm. Cremos que o arquitecto não pode demitir-se da sua missão de trabalhar com as formas e procurar uma ordem significativa no contexto onde intervêm, seja através de projectos abrangentes, de grande escala, seja contribuindo para leituras globais através da organização de partes. Se a questão do desenho e projecto no território contemporâneo se coloca, por um lado, como uma contingência de um tempo regido pela oportunidade e expectativa da ocasião, por outro, coloca-se como uma necessidade de estratégia de resposta à variação e convivência de programas e funções diversas.

Entendemos que as organizações ancestrais do espaço rural, pelo modo como estabelecem relações entre elementos numa circunstância de grande espaço aberto, constituem, a par da cidade consolidada, mas em muitos aspectos mais operativamente que esta, um campo de aprendizagem muito rico para a intervenção na actual realidade urbana difusa e dispersa. Após a investigação (Guerreiro, 2016) em torno dos projectos da JCI para as colónias agrícolas construídas em Portugal continental, onde constatámos que mais uma vez, na história da colonização portuguesa, não se trata de um modelo formal fechado imposto ao território, mas antes da adaptação de um conjunto de princípios de relação entre espaços, infra-estruturas e edifícios a uma condição particular de um território; e reconhecemos na flexibilidade desta estratégia um sentido operativo, e uma capacidade de debater o tema da legibilidade em condições espaciais análogas aquelas com que hoje nos debatemos, acreditamos que a experiência da JCI constitui um campo rico de aprendizagem para o exercício de projecto no território contemporâneo.

Procurando construir uma ideia que consiga expressar o que invariavelmente está presente no desenho das colónias agrícolas, que lhes permite manter a sua legibilidade e capacidade de inscrição, e que interessa hoje revisitar, diríamos que é a concentração de intenções, de respostas às várias premissas, no desenho de cada elemento estruturante. Desenho esse que toma o espaço público – arruamento, largo e praça central – como elemento estruturante do seu sistema compositivo, e se ancora numa apropriação sensível da circunstância geográfica e topográfica do sítio, utilizando um mínimo de recursos construídos.

Num contexto de economia de meios, e de redução de elementos construídos, à via enquanto elemento estruturador, que assume um papel fundamental enquanto marca física, perene, é requerido que responda não apenas às questões funcionais de acesso, mas, perante a possibilidade de moldar o seu traçado, que responda também à necessidade básica de dignificação do assentamento no que respeita à conformação de um espaço colectivo ou de representação da comunidade. Uma possibilidade de gesto que, associada ao suporte geográfico, permite ao conjunto uma inscrição perene na paisagem.

Notas

¹ A versão revisada deste artigo foi submetida originalmente até o prazo de 5 de setembro de 2018 aos organizadores do PNUM 2018 Porto. A finalização da seleção inicial dos artigos pela comissão organizadora do evento aconteceu em 30 de maio de 2019 e a seleção final pelos editores da RMU e comunicação aos autores aconteceu em 2 de dezembro de 2019. As versões finais foram enviadas até o dia 9 de fevereiro de 2020.

² Com exceção da Colónia Agrícola da Gafanha e da Colónia Agrícola do Sabugal, onde, entre 2010 e 2014, não existia ou não nos foi disponibilizada cartografia digital.

³ Com exceção da Colónia Agrícola da Gafanha e da Colónia Agrícola do Sabugal, onde, entre 2010 e 2014, não existia ou não nos foi disponibilizada cartografia digital.

⁴ O geógrafo Amorim Girão é referido em alguns projectos da JCI. No Livro “Geografia Humana” identifica vários tipos de implantação de povoações: “povoações de cabeço, alcandoradas ou encarrapitadas (apresentando uma disposição compacta à roda dos cabeços e dos promontórios ou esporões do relevo), povoações de cumeada ou de dorsal (evitam os vales dos rios e alinham ao longo de cristas que os separam), povoações marginais de planalto ou debruçadas (à beira de grandes declives ou precipícios, dispõem-se geralmente como se contemplassem o vale), povoações encostadas ou empoleiradas (para abrigar-se do vento ou procurar uma boa exposição ao Sol, encostam-se às elevações do terreno), povoações de encosta suave ou em anfiteatro (nas zonas piemontesas ou de contacto entre a montanha e a planície, dispõem-se de alto a baixo, descendo pela encosta, e estendendo-se ainda em parte na zona plana), povoações marginais de sopé (nas planícies ribeirinhas, sujeitas a inundações, assentam de preferência no primeiro degrau do relevo circunjacente)”. (Girão, 1946, pp. 265-266).

⁵ O Regulamento do concurso da ‘Aldeia Mais Portuguesa de Portugal’, organizado por António Ferro, no âmbito do Secretariado de Propaganda Nacional, foi publicado a 7 de Fevereiro de 1938.

⁶ Segundo Marco De Michelis “A ‘Siedlung’ assume desde a sua origem o sentido de colónia agrícola e recorre às formas das ‘cidades de fundação’, materializando-se muitas vezes através de traçados reguladores geométricos, estruturados em quadrícula ou em pente ao longo de uma via de comunicação que se dilata de forma romboidal alargada para acolher a igreja na sua posição central, ou em círculo ou semicírculo por razões óbvias de segurança.”

⁷ ‘Deutsche Binnen-Kolonisation, Sachgrundlagen des Siedlungswesens’ (Migge, 1926).

⁸ Dimensão, contudo, correspondente aos assentamentos de maior dimensão das Colónias Agrícolas da JCI.

⁹ “A cultura da Idade clássica constrói a representação da cidade mediante a “assemblage” orgânica dos objectos à dos espaços arquitectónicos. Os 3 espaços fundamentais da representação urbana clássica eram a porta, a rua, a praça. Esses apareciam em cada momento como a relação, construída através da visão perspéctica, entre um objecto arquitectónico e um espaço no qual este objecto encontrava o cenário adequado para apresentar-se à vista. O olhar era organizado da visão cónica à qual a realidade, a percepção polivalente do olho e a memória eram esquematicamente subjugadas.” (Solà Morales, 1991).

¹⁰ Na versão original do texto, em italiano, os três espaços são referidos por “la porta, la strada, la piazza”. Ainda que a tradução correcta para Português, coerente com o sentido com que o autor utiliza as designações no contexto da cidade da “idade clássica”, fosse “A porta, a rua, a praça”, o termo “rua” foi substituído por “arruamento” de forma a poder ser transportado para a circunstância territorial que interessa analisar.

¹¹ O “cruzamento” é um dos elementos propostos por Kevin Lynch como referente de legibilidade da cidade. (Lynch, 1982. [1ª edição 1960], p. 58).

¹² “Falar de forma da cidade e do território parece hoje proibido. Pode-se talvez falar do passado, mas não como um problema actual. É-se imediatamente

olhado com desconfiança por se ocupar de coisas irrelevantes. (...) Se levanto a questão é porque me parece que a forma da cidade está hoje no centro de uma disputa da qual ninguém gosta de falar, talvez por causa de muitos equívocos que dominam a própria ideia de forma da cidade”. (Secchi, 2009).

Referências

De Michelis, M. (1985). Naissance de la Siedlung. Les Cahiers de la recherche architecturale “Architecture et politiques sociales” 15-17, 138-153.

Girão, A. A. (1946). *Geografia Humana*. Porto, Portucalense Editora.

Guerreiro, F. (2016). *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território*. Tese de Doutoramento não publicada, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Portugal.

JCI. (1942). *Projecto de colonização da Herdade de Pegões*. Lisboa, JCI.

JCI. (1944a). *Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: I Parte - freguesia de Chã*. Lisboa, JCI.

JCI. (1944b). *Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas. Anexo 5: Projecto de aldeamento no Barroso. Aldeia Nova do Barroso e Lugar de S. Mateus*. Lisboa, JCI.

JCI. (1945). *Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: II Parte – Freguesias de Morgade, Cervos e Beça*. Lisboa, JCI.

Lynch, K. (1982. [1ª edição 1960]). *A imagem da cidade*. Lisboa, Edições 70.

Migge, L. (1926). *Deutsche Binnen-Kolonisation, Sachgrundlagen des Siedlungswesens*. Berlin-Friedenau, Deutsche Gartenstadt-Gesellschaft / Deutsche Kommunal - Verlag.

Monclús, F. J. (1988). *Historia y evolución de la colonización agraria en España*. Volumen I – Políticas y técnicas en la ordenación del espacio rural. Madrid, MAPA, MAP, MOPU.

Pawlowski, K. (1992). *Circulades languedociennes de l'an mille. Naissance de l'urbanisme européen*. Montpellier, Nouvelles Presses Du Languedoc.

Secchi, B. (2009). *Diario di un urbanista*. Disponível em: www.planum.net/topics/secchi-diario.html [Consultado em: 30 de maio de 2009].

Sharp, T. (1946). *The Anatomy of the Village*. Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books.

Solà Morales, I. (1991). *Mnemosi o retorica: la crisi della rappresentazione nella città e nell'architettura moderne*. Atlante metropolitano. Quaderni di Lotus, 91-94.

Trindade, L. (2010). *Urbanismo na composição de Portugal*. Tese de Doutoramento não publicada, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal.

From the place shape to the design of the 'street', the 'door', the 'square'

Abstract. *In the 1940s and 1950s the Portuguese Internal Colonization Board developed a set of settlements where it sought to develop design mechanisms that would allow not only to endow the sets with a sense of legibility as well as a strong territorial registration capacity (despite their small scale and the scarcity of resources). The investigation uses graphic representation to explore the crossing of scales - from the design of the territory to the design of the house - to analyze the apparent diversity of the various colonies and identify the principle established in the implantation of the different settlements - dispersed or concentrated -. Integrating implantation devices that derive not only from reading the genesis of Portuguese settlements in their relationship with the topography and condition of the places, but also from the structure of European ancestral agricultural settlements, and the 'Garden Cities' and 'Beautiful City', a principle is established in which shapes are printed on the line of the territorial road, forming the street. An idea of 'door' and 'square' are also rescued as elements that become autonomous and establish relations at the scale of the large open space of the territory, introducing elements that can guarantee its legibility.*

Keywords. *agricultural colonies, portuguese settlements, territory, drawing, legibility.*

Editor responsável pela submissão: Júlio C. B. Vargas.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

